

A Nova Estratégia de Segurança dos EUA

Daddy e o regresso do realismo

Carlos Gaspar

A estratégia disruptiva dos EUA

Vasco Rato

**A desvalorização estratégica da Europa e o esvaziamento
da Aliança Atlântica**

Patrícia Daehnhardt

Estratégia Nacional dos EUA

Alberto Cunha

DIRETORA

Isabel Ferreira Nunes

COORDENADOR EDITORIAL

Luís Cunha

CENTRO EDITORIAL

Filipa Teles

DESIGN EDITORIAL

Núcleo de Desenho do IDN - Paulo Jorge Pereira

PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Instituto da Defesa Nacional

ISSN 2182-5327

Depósito Legal 340906/12

A Nova Estratégia de Segurança dos EUA

Daddy e o regresso do realismo

Carlos Gaspar

Professor Catedrático Convidado da UAL
Assessor do IDN e Investigador do IPRI-NOVA

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSS - *National Security Strategy* na sigla em inglês), publicada em dezembro de 2025, confirma o regresso de uma conceção realista, que proclama as virtudes do poder, do Estado e da soberania, e recusa a conceção liberal, que valoriza o direito, as instituições multilaterais e o cosmopolitismo.

Nesse quadro, a política externa norte-americana é apresentada como uma política pragmática, realista, de princípios e *restrained*. Este último termo, difícil de traduzir, remete para uma estratégia conservadora, que quer restringir as responsabilidades internacionais dos Estados Unidos na transição *post-hegemónica* para um sistema multipolar.

O declínio relativo da principal potência internacional não a impede de continuar a ter "interesses nacionais vitais" à escala global – no hemisfério ocidental, no Indo-Pacífico, na Europa, no Médio Oriente. Os Estados Unidos querem manter a sua posição como a maior potência em todas as dimensões relevantes – militar, económica, financeira, tecnológica, científica – e consolidar o seu *soft power*. Mas a linha conservadora prefere uma estratégia defensiva, *deterrence by denial* (dissuasão através de negação), que visa negar aos seus adversários as condições da vitória, em vez de impor a sua hegemonia, nos termos da definição do autor da fórmula.

Os princípios da nova política externa repetem o cânone realista, como o primado do interesse nacional; *a peace through strength* – a fórmula do presidente Reagan, segundo a qual a guerra é mais provável quando as democracias estão fracas. São também próprios do cânone realista a preferência pela não intervenção, no fim do ciclo hegemónico; o "realismo flexível"; o reconhecimento do primado dos Estados nacionais e do respeito pela soberania, que implica rejeitar a imposição externa dos valores da principal potência internacional; por fim, são princípios da nova política externa comuns ao cânone realista a balança

do poder, através da fórmula que identifica os "realistas defensivos" e substitui a competição entre as grandes potências, que identifica os "realistas ofensivos": os Estados Unidos querem "trabalhar com os aliados e parceiros para manter balanças do poder à escala global e regional e impedir a emergência de adversários dominantes".

A balança do poder entre as grandes potências define a nova ordem internacional. A NSS não se refere à defesa da ordem multilateral, das normas e das instituições internacionais que sustentaram a ordem liberal criada pelos Estados Unidos depois da Segunda Guerra Mundial – talvez a melhor ordem na história das relações internacionais até à data. Essa omissão confirma a posição oficial que considera a ordem do *post-Guerra* "obsoleta" e prejudicial para os interesses norte-americanos.

Os Estados Unidos devem definir prioridades claras, incluindo uma nova hierarquização das suas prioridades regionais, em que o hemisfério ocidental volta a ocupar o primeiro lugar.

Tal como a rejeição da ordem liberal, a nova hierarquia regional significa uma ruptura na continuidade da estratégia norte-americana. Com efeito, desde 1941, quando o Presidente Roosevelt decidiu que a derrota do III Reich era o seu objetivo principal na Segunda Guerra Mundial, a Europa passou a ser a primeira prioridade da estratégia norte-americana, um estatuto que partilhou com o Médio Oriente e com o Indo-Pacífico. A mudança é reforçada pela restauração da Doutrina Monroe, que tem um novo corolário, pela primeira vez, desde 1904: o corolário Trump visa recuperar a preponderância dos Estados Unidos no hemisfério ocidental; realinhar os Estados regionais; e expulsar – *roll-back* – as influências externas nos continentes americanos. (*A National Defense Strategy*, publicada pelo Departamento da Guerra em janeiro de 2026, acrescenta que a Gronelândia, que não é referida na NSS, faz parte do hemisfério ocidental e, nesse sentido, redefine as suas fronteiras com a Europa.)

O Indo-Pacífico é a segunda prioridade regional, determinada pela posição da República Popular da China (RPC) como o inimigo principal dos Estados Unidos, pela transferência do centro de gravidade

estratégica da política internacional para a Ásia e pelo seu crescente peso económico. O objetivo principal é conter a China, o que significa construir alianças no Indo-Pacífico, incluindo o QUAD – o Diálogo Quadrilateral entre o Japão, a Índia, a Austrália e os Estados Unidos; defender a *First Island Chain* – a cadeia de ilhas que une a península coreana, o arquipélago japonês e Taiwan – para impedir a projeção naval chinesa no Pacífico e impedir o seu domínio do Mar do Sul da China; e dissuadir Pequim de atacar Taiwan.

A Europa vem atrás do Indo-Pacífico: a Rússia é considerada como um adversário secundário e a Europa está em declínio económico, embora continue a ser "estratégica e culturalmente vital para os Estados Unidos". O objetivo principal é pôr fim à guerra russa-ucraniana para reduzir o risco de escalada entre a Rússia e os aliados europeus, tornar possível "a reconstrução da Ucrânia e garantir a sua sobrevivência como um Estado viável". O fim das hostilidades é decisivo para restaurar a "estabilidade estratégica" na Eurásia e "a Europa deve ser a primeira responsável pela sua própria defesa sem ser dominada por nenhuma potência adversarial".

O Médio Oriente, aparentemente, deixou de ser uma prioridade, desde que os Estados Unidos voltaram a ser um exportador de energia, mas permanece o objetivo de impedir que os recursos energéticos regionais "caiam nas mãos de um inimigo" – a China não é expressamente nomeada. O estreito de Ormuz e o Mar Vermelho têm de continuar abertos à navegação.

O realismo da NSS é, todavia, prejudicado pelo infantilismo que caracteriza as suas constantes referências ao presidente Trump, que gosta de ser tratado por *Daddy* pelo Secretário-Geral da NATO e manifesta um fascínio pelo poder incompatível com a tradição liberal da *Realpolitik*. Mais importante, a NSS nega os princípios do realismo clássico – e da Doutrina Monroe – quando defende a intervenção na política interna das democracias europeias para apoiar os "patriotas" locais, presumíveis adeptos da visão reacionária, nacionalista e populista que o presidente Trump considera necessária para salvar a civilização ocidental.

A estratégia de divisão da comunidade transatlântica é um suicídio político que acelera o declínio dos Estados Unidos e põe em causa tanto os princípios, como os objetivos fundamentais definidos pela recém-publicada Estratégia de Segurança Nacional (NSS) norte-americana.

A estratégia disruptiva dos EUA

Vasco Rato

Professor de Ciência Política
e Relações Internacionais e Investigador no
Instituto Português de Relações Internacionais
da Universidade Nova de Lisboa (IPRI).
Assessor do IDN.

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSS – *National Security Strategy* no original), de novembro de 2025, tornou claro que a política externa do presidente Donald Trump não se coaduna com a ordem internacional liberal. Esta mesma convicção fora expressa por Marco Rubio, durante a sua confirmação pelo Senado no cargo de Secretário de Estado, quando proclamou que a ordem liberal "não se encontra apenas obsoleta, é agora uma arma usada contra nós". Se Trump, no decorrer do seu primeiro mandato presidencial, procurou reformar a ordem liberal, agora pretende desmantelá-la, pois considera-a incompatível com os interesses nacionais do país. Em suma, na medida em que configura um mapa para o mundo pós-liberal que se adivinha, a NSS revela-se um documento da maior relevância.

As palavras de Rubio confirmaram que o triunfo eleitoral de Donald Trump, em 2024, inaugurara um "novo normal", que J.D. Vance veio confirmar na Conferência de Segurança de Munique de fevereiro de 2025. No uso da palavra, manifestou a sua "profunda preocupação com a segurança europeia", acrescentando que cabia aos parceiros europeus assumir maior responsabilidade pela sua defesa. Ao mesmo tempo, revelou que "a ameaça que mais me preocupa em relação à Europa não é a Rússia, não é a China, não é qualquer outro ator externo. O que me preocupa é a ameaça interna, o afastamento da Europa de alguns dos seus valores mais fundamentais". Atendendo às mudanças demográficas resultantes da imigração na Europa, esclarece que "é mais do que plausível" que, "em algumas décadas, no máximo, certos membros da NATO se tornem maioritariamente não europeus".

Dir-se-á que a administração Trump vislumbra dois caminhos para o Ocidente. Um futuro de declínio representado pelo Partido Democrata americano e muitos governos europeus e outro de rejuvenescimento encarnado pelo trumpismo e pelos partidos nacional-populistas europeus. Cabe a Washington "ajudar a Europa a corrigir a sua trajetória atual" de "apagamento civilizacional", razão por que a

NSS apela à restauração da “saúde espiritual e cultural americana” e do Ocidente. Na ótica de Trump, a inversão do declínio europeu passa pela tomada do poder pelos partidos nacional-populistas, que almejam restaurar os valores tradicionais ocidentais, os quais permitiram a pujança das sociedades democráticas. Orçamentos de defesa robustos são importantes, mas o futuro da relação transatlântica depende, antes de mais, do regresso aos valores que levaram à criação da NATO e que permitiram a derrota da União Soviética. A crescente divergência em torno dos “valores democráticos” pode, portanto, minar os laços políticos e culturais que sustentaram até agora a coesão do mundo euroamericano.

Se dúvidas restassem quanto às linhas mestras da política externa da segunda administração Trump, a Estratégia de Segurança Nacional dissipou-as. Rompendo com os seus antecessores internacionalistas, que mantinham “que o domínio permanente da América” correspondia aos “interesses do nosso país”, Trump esclarece que “os assuntos de outros países nos dizem respeito apenas se as suas atividades ameaçarem diretamente os nossos interesses”. Dito de forma diferente, o presidente americano recusa o papel de “policia do mundo” incumbido de conservar a ordem liberal. No novo quadro geopolítico que se vislumbra, a NSS torna claro que os EUA irão regressar à sua “vizinhança” tradicional, ao hemisfério ocidental. Proclamando o estabelecimento de um “Corolário Trump” à Doutrina Monroe de 1823, a Casa Branca tenciona reduzir a influência de potências adversárias na região, negando-lhes recursos naturais estratégicos, instalações militares, portos e infraestruturas críticas, como o Canal do Panamá e territórios como a Gronelândia, indispensáveis para a nova estrutura de segurança continental anunciada pela Administração Trump. Trata-se, pois, de criar um espaço política, económica e militarmente integrado, condição *sine qua non* para reduzir a vulnerabilidade dos Estados Unidos e para eliminar as perniciosas influências extra-hemisféricas.

Se a Estratégia de Segurança Nacional de 2017 da primeira Administração Trump enfatizava a centralidade da rivalidade com a Rússia e com a China, o documento agora publicado deixa claro que Washington pretende “impedir a emergência de adversários dominantes”, um objetivo mais modesto. Contudo, à China, a principal ameaça

internacional, somente se poderá resistir com a assistência da Europa, dos aliados asiáticos e por meio da “estabilização estratégica” da Rússia, ou seja, da normalização do relacionamento russo-americano. A menos que Trump consiga a “estabilização estratégica” da Rússia, os demais objetivos da Casa Branca, particularmente a contenção do poder chinês, dificilmente serão cumpridos. Se Trump não vê Putin como um aliado, também não almeja o seu triunfo na Ucrânia. A bem dizer, face ao expansionismo moscovita, a NSS afirma que “não nos podemos dar ao luxo de descartar a Europa”, um caminho *self-defeating*, porque é do “interesse vital” de Washington “negociar uma cessação rápida das hostilidades na Ucrânia”, de modo a mitigar o risco de confronto entre Moscovo e os países europeus. Esta leitura do quadro europeu explica a visível frustração de Trump com a continuação da guerra russo-ucraniana, que considerava ser incentivada por governos europeus “minoritários instáveis, muitos dos quais atropelam princípios básicos da democracia” e que, no fundo, “nutrem expectativas irrealistas para a guerra”.

Face a esta nova realidade, a NSS antecipa a reconfiguração dos compromissos internacionais americanos. Mas nada disto significa que estejamos perante um inevitável “divórcio” transatlântico. Dito isto, é igualmente verdade que, à luz das novas prioridades geopolíticas delineadas pela Casa Branca, a relação transatlântica – tal qual a conhecemos – deixou de ser viável. A Casa Branca entende que a Europa terá de dissuadir a agressão russa, o que obriga os países europeus a delinear uma postura mais robusta no âmbito da defesa e da segurança. Washington, é certo, continuará a apoiar a Europa através da NATO, mas, doravante, os recursos americanos passarão a estar concentrados nas Américas e na competição com a China, o verdadeiro rival dos Estados Unidos. Eis uma mudança estrutural no relacionamento transatlântico que não será alterado com a saída de cena de Donald Trump.

A desvalorização estratégica da Europa e o esvaziamento da Aliança Atlântica

Patrícia Daehnhardt

Investigadora do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA) e Assessora de Estudos do Instituto da Defesa Nacional.

A nova Estratégia de Segurança dos Estados Unidos (NSS), de dezembro de 2025, representa uma mudança estrutural irreversível na relação entre a Europa e os Estados Unidos. Não se trata apenas de um ajuste temporário, mas de uma recalibração da estratégia internacional dos Estados Unidos, que desvaloriza a Europa na hierarquia estratégica nos cálculos de Washington. A Estratégia afirma que as duas prioridades centrais de Washington são a defesa dos interesses dos Estados Unidos no hemisfério ocidental e a contenção da China, onde, numa lógica inversa à do espaço euro-atlântico, os Estados Unidos irão aumentar a sua presença militar. O novo corolário Trump à Doutrina Monroe serve para restaurar a preeminência dos Estados Unidos, no hemisfério ocidental, e negar a “competidores não hemisféricos” o acesso à região.

Para os europeus, esta priorização dos interesses norte-americanos para geografias fora do espaço euro-atlântico produz três implicações:

Primeiro, a Europa perdeu relevância estratégica e assume uma posição secundária na hierarquia estratégica da administração Trump. Apesar de não ser surpreendente, é a primeira vez que um documento estratégico norte-americano define que a Europa deixou de ser a prioridade estratégica para Washington. Na NSS de 2017, durante o primeiro mandato de Donald Trump, a Europa ainda assumia uma importância central na estratégia de contenção da Rússia que, juntamente com a China, era identificada como uma das duas grandes potências em competição com os Estados Unidos. Na atual NSS, os EUA reafirmam a importância da NATO, mas reduzem a sua presença militar no continente europeu, diminuem a dissuasão convencional e tornam condicionais as garantias de compromisso norte-americano com a defesa dos aliados. Por outras palavras, os Estados Unidos deixaram de ser uma potência europeia e o pacificador da Europa que foram desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Segundo, o conceito tradicional de aliança perdeu o seu significado. Os europeus devem agora assumir

a liderança do próprio território, tendo a Europa “a responsabilidade principal pela sua própria defesa, sem ser dominada por nenhuma potência adversária”. A função dos membros da NATO deve ser trabalhar com os Estados Unidos, numa lógica de balança de poder, “para manter o equilíbrio de poder global e regional, de forma a evitar o surgimento de adversários dominantes”, para que “nenhuma nação se torne tão dominante ao ponto de ameaçar” os interesses norte-americanos. Para isso, os EUA irão premiar os países que assumirem mais responsabilidade pela segurança na sua região e alinharem os seus controlos de exportação aos dos Estados Unidos, – “potencialmente através de um tratamento mais favorável em questões comerciais, partilha de tecnologia e aquisições de defesa” – o que não diz nada sobre o compromisso de defesa norte-americano.

Nesse contexto, a comunidade de segurança euro-atlântica, assente num acordo transatlântico que assegurou a confiança e a coesão entre aliados desde 1949 e, conforme se lia na NSS de 2017, no “compromisso comum com os princípios da democracia, liberdade individual e o Estado de Direito”, deu lugar a uma relação transacional, que esvazia o próprio conceito de aliança: o compromisso de defesa de Washington tornou-se condicional e definido apenas por interesses norte-americanos. Isto tornou-se evidente na recente ameaça do presidente Trump de anexação ou aquisição da Gronelândia à Dinamarca, constituindo a ameaça à integridade territorial de um aliado, pela principal potência, um caso sem precedentes na história da Aliança Atlântica. Esta ameaça evidencia o fim da *pax americana*, assente na predisposição dos Estados Unidos para os princípios da ordem internacional liberal como o multilateralismo, instituições internacionais e alianças. Os parceiros europeus e o Canadá jamais poderão aceitar tal ameaça.

A agravar a desvalorização estratégica da Europa e o esvaziamento da Aliança, a nova estratégia questiona se, daqui a duas décadas, “certos países europeus terão economias e forças armadas suficientemente fortes para se manterem aliados fiáveis”. Ao criticar a União Europeia e aquilo que vê como fraqueza estrutural das democracias europeias, a administração revela a clara intenção de “resgatar” a Europa do seu alegado declínio cultural, promover a “grandeza europeia” e “cultivar a resistência à trajetória atual da Europa no seio das nações europeias”. Sem precedentes, o apoio

explícito a partidos populistas e nacionalistas europeus é visto como forma de recuperar a “autoconfiança civilizacional e a identidade ocidental”. Ironicamente, a desvalorização estratégica no plano euro-atlântico é acompanhada pela ingerência na política interna em aliados da Aliança Atlântica, o que os aliados democráticos rejeitam.

Terceiro, para a administração Trump, o futuro da Ucrânia e da ordem de segurança europeia é um problema europeu. Existe uma divergência transatlântica sobre a natureza da ameaça vinda da Rússia: na nova Estratégia de Defesa dos Estados Unidos (NDS), publicada em janeiro de 2026, o Pentágono confirma que a administração Trump transferirá para a Europa a responsabilidade pela sua própria defesa e pela da Ucrânia e calibrará a postura das forças americanas no teatro europeu. A NDS considera que a ameaça da Rússia é “*manageable*”, porque “Moscovo não está em condições de tentar alcançar a hegemonia europeia”; Washington rejeita “uma NATO em expansão perpétua” e deve antes “restabelecer estabilidade estratégica com a Rússia”, com base no novo “realismo flexível”. Deste quadro decorre que, se os europeus não tratarem da sua segurança e defesa, serão uma presa fácil a potenciais ataques da Rússia, porque a garantia de segurança dos EUA tornou-se imprevisível.

Em resposta aos dois documentos norte-americanos, num mundo crescentemente dividido por esferas de influência, conduzido pela política de poder das principais potências, o dilema estratégico europeu é o de evitar que a Europa se torne, uma vez mais, o terreno de competição entre as grandes potências. Reconhecendo a dependência face à proteção nuclear dos Estados Unidos, para contrariar as tendências de divisão e de irrelevância estratégica, os europeus devem assumir a responsabilidade principal pela defesa convencional da Europa, a dissuasão da Rússia, o apoio a longo prazo à Ucrânia e a criação da nova ordem de segurança europeia. Para tal, devem proceder à transformação militar europeia e acelerar o desenvolvimento de capacidades convencionais de defesa, ter forças de resposta rápida e elevado nível de prontidão; *stocks* de munições; defesa aérea e antimísil; e recursos de apoio (logística, ISR, cibersegurança), fomentar a interoperabilidade dos diferentes sistemas operacionais, promover a mobilidade militar e desenvolver uma autonomia estratégica, preferencialmente através de um pilar

europeu na NATO. Simultaneamente, devem defender a resiliência democrática societal e a coesão entre si, sem alienar os EUA, encarando a autonomia como um *burden-shifting* – não um *decoupling* –, mantendo a relação transatlântica funcional, mesmo que esta se tenha tornado menos automática e muito mais transacional.

Estratégia Nacional dos EUA

Alberto Cunha

Professor Auxiliar Convidado na Universidade de Lisboa
Investigador associado do Instituto de Defesa Nacional (IDN) e do
Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA).

A Estratégia Nacional de Segurança publicada pela segunda administração liderada pelo presidente Donald Trump, no início do presente ano, reflete, por um lado, o culminar de uma direção bipartidária de concentração estratégica no teatro da Ásia-Pacífico, que se vem consolidando desde a presidência Obama. Adicionalmente, por outro lado, reflete que a viragem estratégica relativamente ao tradicional papel de hegemonia liberal transatlântica dos EUA deve ser considerada irreversível no horizonte previsível, configurando-se improvável um regresso a curto ou médio prazo à anterior centralidade estratégica europeia para os EUA.

O centro económico, político e histórico do Ocidente está, desde 1945, ligado a ambos os lados do Atlântico, com os Estados Unidos da América (EUA) como hegemonia liberal, ancorado por uma parceria ou aliança definida pela NATO e pela União Europeia (UE). Nas primeiras décadas do pós-Guerra Fria, a concentração de poder nos Estados Unidos substituiu a balança do poder, mas o possível declínio norte-americano tornou inevitável o regresso da anarquia, a competição entre as grandes potências e mudanças nos equilíbrios globais e regionais da balança de poder. Com a nova Estratégia de Segurança Nacional dos EUA, a parceria parece estar no seu fim, podendo a prazo tal significar o fim da aliança.

A Estratégia é um documento de apenas vinte e nove páginas, frequentemente escrito num tom mais ideológico do que anteriores documentos análogos. Estrutura-se de forma deliberadamente hierárquica e seletiva, o que pode ser interpretado como rejeitando explicitamente a lógica expansiva da hegemonia liberal do pós-Guerra Fria. Logo na sua introdução, o documento afirma que as estratégias nacionais

anteriores falharam por confundirem os “interesses vitais” dos EUA com as “preferências normativas” de anteriores administrações; por sobre-carregarem os recursos norte-americanos; por aceitarem uma globalização assimétrica que corroeu a base industrial, social e política do poder americano. Esta crítica funda o princípio orientador da nova estratégia: a redefinição restritiva do interesse nacional, subordinando compromissos externos à regeneração interna do poder dos EUA (*nation building at home*).

Na secção dedicada aos objetivos estratégicos, os EUA definem como prioridade absoluta a sobrevivência do Estado soberano, o controlo das fronteiras, a resiliência económica e industrial, a supremacia tecnológica e a dissusão militar, incluindo nuclear. A política externa surge, deste modo, instrumentalizada ao serviço destes fins, rejeitando qualquer missão universalista na lógica da *shining city on the hill*, que, durante décadas, foi parte da retórica dos EUA – o seu *pathos* como superpoder global. Por contraste direto com as anteriores estratégias, o documento assume explicitamente que os EUA não procuram nem podem sustentar a dominação global; ao invés, centram-se na prioridade de impedir o surgimento de potências hegemónicas regionais que ameacem interesses vitais americanos, podendo estes ser definidos e redefinidos, segundo a política doméstica norte-americana.

Embora não se refira diretamente a uma lógica de “esferas de influência”, pode deduzir-se uma lógica neo-schmittiana de ordenação hierárquica regional do planeta pelas superpotências. No caso dos EUA, a Estratégia define que o hemisfério ocidental é redefinido como espaço prioritário de influência exclusiva dos EUA, através de um “Corolário Trump” à Doutrina Monroe. Este é um enquadramento que ajuda a compreender tanto a recente política para a Venezuela como as declarações e sinais emitidos relativamente à Gronelândia neste mandato. Para lá do seu hemisfério, a hierarquia estratégica é inequívoca a nível regional. O Indo-Pacífico surge como o teatro central da competição sistémica com a China, combinando contenção militar e reequilíbrio económico. A Europa, por contraste, é tratada como um parceiro em declínio, alvo de uma crítica civilizacional profunda, cuja relevância estratégica depende crescentemente da sua capacidade de auto-organização e autonomia.

Também na formulação dos princípios e prioridades, a viragem dos EUA é inequívoca. A estratégia consagra o primado do Estado-nação, o ceticismo em relação ao multilateralismo intrusivo, a não intervenção como predisposição estrutural e a exigência de *fairness* nas alianças. A NATO é enquadrada, sobretudo, como um mecanismo de *burden sharing*, com uma exigência explícita de aumento substancial do esforço europeu em defesa, que sinaliza uma desresponsabilização progressiva dos EUA pela segurança europeia. Os meios disponíveis, detalhados na secção seguinte, reforçam esta leitura: a Aliança Atlântica, embora ainda valorizada, deixa de ser o eixo organizador da estratégia global. O poder económico, tecnológico e financeiro dos EUA, bem como a sua geografia e autonomia energética, são apresentados como alicerces que permitem escolhas seletivas, retração estratégica e transferência de encargos para aliados.

A hegemonia necessita da vontade e de desígnio político, sendo incerto que a Ordem Internacional Liberal possa sobreviver após a hegemonia norte-americana. Estruturalmente, mesmo após Trump, a falta de condições para o anterior poder hegemónico priorizar a sua política externa na Europa irá persistir; bem como a preferência na concentração dos seus meios no continente asiático e no hemisfério ocidental. A questão-chave para Portugal é, deste modo, quais serão as consequências para o sistema de segurança europeu. Na secção sobre a Europa, o texto é deveras crítico sobre o que classifica de “declínio civilizacional” da Europa e dos necessários esforços dos EUA no sentido de o inverter; na continuidade do discurso pronunciado pelo então recém-eleito vice-presidente Vance na conferência de Munique do ano transato. Deste modo, para a Europa, à influência crescente das potências iliberais e autoritárias no espaço europeu (nomeadamente a Federação Russa) poderá juntar-se a atual administração norte-americana, através do apoio explícito ou implícito a forças políticas europeias pós-liberais. Esta “internacional reacionária” procura enfraquecer os fundamentos normativos da União Europeia, promovendo uma visão de Europa pós-liberal, baseada na soberania nacional absoluta, no ceticismo em relação ao multilateralismo e numa leitura instrumental da política externa.

Perante este novo contexto, Portugal deverá redefinir de forma pragmática as suas prioridades estratégicas. A europeização da política de defesa

portuguesa deve ser aprofundada, não apenas como opção política, mas como necessidade estrutural. O desenvolvimento da indústria de defesa nacional, articulado com programas europeus, surge como uma oportunidade estratégica para reforçar capacidades, autonomia e influência política. No contexto de analisar qual será a linha delimitadora da nova Doutrina Monroe, que parece incluir a Gronelândia, esta nova Estratégia demonstra que a viragem estratégica dos EUA já ocorreu. Não será de excluir a possibilidade de ser questionada a fronteira do espaço europeu, o que incluiria território soberano português nos Açores. Deste modo, a soberania nacional permanece central, bem como a promoção da defesa dos Açores como um ativo geopolítico central no espaço atlântico, de renovada importância num contexto de competição entre grandes potências.



idn

Instituto
da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017

Lisboa

Tel +351 211 544 700

idn.publicacoes@defesa.pt